

## CONTRAPONTO

## DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO?

Formação de Professores “a Distância”?! **NÃO**

Lighia B. Horodynski-Matsushigue

Profa. do Instituto de Física da USP, 2ª Vice-presidente da Regional SP do Andes-SN e 1ª Tesoureira da Adusp

O Homem pertence a uma espécie gregária que transmite cultura e conhecimento por meio de ações educativas, inicialmente predominantemente informais, mas progressivamente tornadas formais em instituições especiais, as escolas. A característica principal dessas ações sempre foi o contato humano estreito entre *aprendiz e mestre*, em geral positivo e construtivo. A importância deste contato é confirmada por pesquisas variadas e esta característica é mantida até hoje na Educação Básica de qualidade.

A Educação Básica compreende a Educação Infantil, Fundamental e Média e, portanto, atinge crianças e jovens de 3 a 18 anos, exatamente os anos de formação da personalidade. Qualquer adulto recorda-se de um mestre especial dentre seus professores que, ao lado de pais e parentes, ajudou a formatar sua visão de mundo; a memória muito provavelmente não registra o conteúdo específico das aulas, mas, certamente, a linguagem de corpo desse professor, sua maneira de se colocar na sala e, principalmente, sua capacidade de lidar com os acontecimentos na classe.

Reconhecendo, aparentemente, estes fatos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) determina em seu artigo 32 que “o ensino fundamental será presencial...”. Entretanto, o artigo 80 da mesma lei prevê o *incentivo a programas* (e não a cursos) de ensino a distância (EaD) e acabou propiciando a possibilidade de regulamentação do EaD, por meio do decreto 5622/2005, até mesmo para a *diplomação de professores da Educação Básica “a distância”*, por instituições credenciadas, públicas ou privadas, que podem inclusive celebrar convênios de cooperação com “co-signatárias estrangeiras”.

O ensino a distância é incapaz de formar o futuro professor para a prática verdadeiramente educativa em “sala de aula”. Esta, num processo dialógico e de ação-reflexão-ação, promoveria a inserção do jovem na cultura de seu tempo e o faria assumir sua condição verdadeiramente humana, individual e social, por ter aprendido a fazer a leitura crítica do meio natural e social em que vive.

Conforme demonstram as pesquisas educacionais, e a vivência pessoal de muitos de nós professores, a mesma atividade didática pode resultar em sucesso ou fracasso, total ou parcial, dependendo do “clima da classe”, da maneira como a atividade é encaminhada e até mesmo do entusi-

asmo que o professor alimenta pela atividade específica. Assim é que programas inovadores, de cuja elaboração a própria equipe que os ministra participou, costumam apresentar índices mais favoráveis de aprendizagem.

Ora, o *ensino a distância*, que, pelo seu próprio formato, dificilmente pode alcançar a dimensão mais ampla de “educação a distância”, é incapaz de fomentar todas as dimensões indispensáveis à boa atuação do professor, as quais escapam à mera aquisição de informações e técnicas didáticas e, em geral, são introjetadas basicamente pelo espelhar-se em uma ou mais figura(s) acolhida(s) como mestres, numa interação que precisa assemelhar-se muito mais à atividade conjunta de artesãos. Mesmo porque não há “manual de comportamento adequado” para o professor situar-se nas diversificadas situações didáticas com que cada classe o presenteia. De fato, a ação pedagógica efetiva tem tanto de arte, no sentido de capacidade

para contornar, ou enfrentar, criativamente as situações, quanto de ciência, no sentido do já referido trinômio ação-reflexão-ação, num contínuo aprendizado mútuo entre aprendiz e mestre.

O EaD existe há tempos, utiliza-se dos mais variados meios, impressos, rádio, TV, e só mais recentemente tem sido colocado na ribalta pelo que se convencionou chamar de revolução na comunicação, ou seja, a internet e a possibilidade da ampla difusão por videoconferências. Há até quem diga que estas possibilidades de interação à distância suplantam mesmo a interação presencial! O melhor contra-argumento foi fornecido recentemente por uma profes-

sora experiente e ótima comunicadora, após uma vídeo-conferência: “eu não consegui avaliar a adequação da abordagem e o seu ritmo, pois não via as caras dos meus estudantes...”. Tutores em salas especiais não resolvem esta problemática e podem introduzir outra, já experimentada com as outrora aclamadas *instruções programadas*, “à prova de professor”, qual seja, desconsiderar a “zona cinza” que qualquer questão, por mais bem formulada, pode suscitar, que é exatamente a região didaticamente interessante. É nestas situações que o professor eficiente exercita o seu papel dialógico específico na condução do aprendiz e, por que não dizer,

na sua própria re-elaboração do conhecimento. O tutor inexperiente irá prender-se ao “branco ou preto” das receitas, sufocando a criatividade inerente ao principiante e levando-o para caminho infrutífero da “reprodução de verdades reveladas”.

É correto afirmar que há maneiras diferenciadas de abordar-se o EaD com o instrumental tecnológico hoje disponível, o qual, por outro lado, é de utilidade reconhecida tanto em aulas presenciais quanto na complementação de estudos. Por certo, é possível haver professores experientes nos pólos de EaD que poderiam interromper a transmissão e suplementar a aula formal; ainda, os próprios professores, por meio de chats e disponibilidade quase ilimitada, poderiam fornecer ensino próximo ao individualizado, etc. Tal formato, além de extremamente dispendioso, com custos mais elevados do que os da educação presencial em classes de tamanho médio, ainda não supriria o crescimento intelectual e cultural oferecido pela vivência estudantil, num verdadeiro ambiente universitário, a um jovem recém-saído da própria Educação Básica e candidato a professor.

Neste sentido, é altamente preocupante que o governo pareça ter escolhido exatamente o EaD para tentar suplantiar o déficit crônico de docentes, em particular em algumas áreas específicas como Física, Matemática, Química, etc. Se algumas destas matérias já são consideradas “difíceis” por parte dos estudantes, como ficaria a situação no futuro?

Na verdade, não há, ao menos, garantia de que a situação apontada seja resolvida do ponto de vista quantitativo, por dois motivos consideráveis: primeiro, a baixa taxa de concluintes no EaD, verificada internacionalmente entre jovens em sua primeira graduação e também em iniciativas nacionais como a promovida pelo Consórcio de universidades públicas do Rio de Janeiro (CEDERJ); segundo, por não ter havido solução para a condição básica que vem impedindo que mais egressos de cursos de boa qualidade se tornem efetivamente professores da Educação Básica pública, ou seja, o salário aviltante que lhes é pago.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), portanto, longe de ser solução potencial para os problemas da Educação Básica e real alternativa para a democratização do acesso ao ensino público, é uma ameaça a ser combatida pelas forças que defendem a boa qualidade da Educação.

“A Universidade Aberta do Brasil deve ser combatida por quem defende qualidade na Educação”

